

## NOVAS REDES URBANAS: CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO<sup>1</sup>

Maria Encarnação Beltrão SPOSITO<sup>2</sup>

### Resumo

Um conjunto significativo de mudanças econômicas, sobretudo, vem alterando as estruturas segundo as quais se organizam as redes urbanas. O aumento das formas e ritmos de circulação tem tido papel fundamental nessa redefinição e transforma, de modo substancial, os papéis que as cidades médias e pequenas têm ou podem vir a ter, num período em que se ampliam as escalas segundo as quais as relações espaciais se estabelecem. As relações entre o local e o global têm sido o foco de muitas análises, mas, neste artigo, privilegia-se a análise das dinâmicas contemporâneas, tomando-se como referência as relações entre a cidade e a região e as relações entre a cidade e o campo, para se compreender como cidades pequenas e médias se repositionam ou podem vir a se repositionar num mundo em globalização.

**Palavras-chave:** Redes urbanas. Cidades médias. Cidades pequenas.

### Abstract

#### **New urban nets: the role of small and medium size cities in the globalization process**

A significant set of economical changes, above all, has influenced the structures according to which the urban nets are organized. The increase of circulation shapes and rhythms has played a key role in this redefinition and transforms substantially the roles small and medium-size cities play or are likely to play, in a moment when the scales according to which the spatial relations establish are broadened. The relations between the local and the global have been the focus of many analyses. In this paper, however, the analysis of contemporary dynamics is emphasized, taking as a reference the relations between the city and the region and the relations between the city and the field in order to understand how small and medium-size cities reposition or are likely to reposition in a globalizing world.

**Key words:** Urban nets. Medium-size cities. Small cities

<sup>1</sup> As idéias contidas neste texto foram, inicialmente, apresentadas durante o 9º Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em São Paulo, em 2005, em mesa redonda com este título. Registro meus agradecimentos aos participantes do evento que dirigiram questões aos expositores da mesa e propiciaram, assim, que novos pontos fossem desenvolvidos neste texto.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Presidente Prudente Rua José Levy Guedes, 625 - Presidente Prudente SP - E-mail: mebsposito@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As noções de cidades médias e pequenas, bem como sua análise nos estudos geográficos, sempre estiveram associadas às idéias de: - tamanho das cidades, - classificação da importância de seus papéis, e - constituição de redes urbanas hierárquicas.

Neste texto, adotamos a expressão "cidades médias" como aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito de sistemas urbanos simples ou complexos, o que as distingue das "cidades de porte médio", que são aquelas, assim classificadas, em função de um dado tamanho demográfico, que, num determinado país, é considerado como médio segundo esta ou aquela classificação ou tipologia.

A partir dessa ótica, as cidades médias desempenhavam papéis de intermediação entre as cidades pequenas e as cidades grandes e metropolitanas, no âmbito de uma mesma rede urbana.

Cidades pequenas e seus respectivos municípios compunham o território econômico e, muitas vezes, de poder político, sobre o qual se apoiavam os papéis da cidade média da qual eram tributárias.

As dinâmicas engendradas pelo processo que vem sendo denominado de globalização alteram este quadro de redes hierárquicas, estabelecendo novos contextos espaciais, nos quais os fluxos que articulam, entre si, cidades de uma rede urbana não são apenas hierárquicos. Hall (2000), ao analisar mudanças no valor do espaço geográfico, com foco na hierarquia urbana, destaca uma séria de forças que operam tais mudanças, indicando em primeiro lugar a globalização. Brunet (2000) referindo-se às cidades intermediárias, também destaca os impactos gerados pela mundialização.

Neste texto, vamos analisar, a partir de alguns pontos de vista, o que vem se alterando nas relações que cidades médias e pequenas estabelecem com outros espaços, no período atual.

## OS CONTEXTOS ATUAIS

Na segunda metade do século XX e, especialmente, em suas duas últimas décadas, intensificaram-se as relações econômicas em escalas mais abrangentes, redefinindo a divisão internacional do trabalho e gerando um processo claro de mundialização da economia.

Esse processo não teria sido possível não fossem as condições decorrentes da articulação de novos sistemas de informática com comunicação por satélite, num período de crescente desenvolvimento científico, compondo o que Milton Santos (1996) denominou de meio técnico-científico-informacional. Esse meio tem sido capaz de gerar aceleração na difusão de informações, mas também de valores culturais e práticas sociais, conformando um processo que vai além da economia e vem sendo denominado de globalização.

Esse conjunto de mudanças, ocorridas no bojo da passagem do sistema fordista para o sistema flexível, redefiniu as relações constitutivas das redes urbanas, por meio da ampliação das possibilidades de estabelecimento de articulações entre cidades de diferentes portes, pertencentes a redes urbanas que se conformaram em contextos históricos diferentes entre si.

Isso significa que relações entre cidades de uma rede urbana, ainda que pequenas, podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portes, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior às cidades pequenas ou médias.

Essa diversificação dos tipos de articulações possíveis entre cidades, no âmbito de uma mesma rede ou de redes urbanas diferentes, pode se dar em função de relações tanto competitivas, tão caras ao novo sistema produtivo, como relações de sinergia que geram complementaridade de ações realizadas em diferentes pontos do mundo.

Não se trata da substituição de redes urbanas hierárquicas por outros tipos de redes, mas da combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço de ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas<sup>3</sup>. Trata-se da sobreposição de redes organizadas por vetores de diferentes naturezas e intensidades, gerando o que já se denominou de "rede de redes".

Segundo essa perspectiva, caberia aos geógrafos, analisar quais os níveis de determinação que incidem, na atualidade, redefinindo os papéis desempenhados pelas cidades médias e pequenas, verificando, sobretudo, em quais contextos as transformações são mais profundas que as permanências, gerando redes urbanas complexas e mudanças significativas nessas cidades.

Por outro lado, não menos importante é se analisarem os contextos regionais em que as permanências, sobretudo de natureza política e cultural, são mais densas que as transformações, possibilitando não apenas as prevalências de relações hierárquicas, como a diminuição relativa dos papéis das cidades médias e, muitas vezes, diminuição profunda dos papéis das menores cidades da respectiva rede urbana.

## AS CIDADES E AS REGIÕES

A tradição geográfica de analisar as cidades a partir de suas relações regionais sempre teve grande importância para entender as cidades médias e as pequenas. Não que essa perspectiva não tivesse ou tenha importância para a compreensão de cidades grandes e metropolitanas, mas nestes casos, a amplitude dos fluxos que se estabelecem ultrapassa em muito a escala regional das ações e dos movimentos.

Pierre George (1983)<sup>4</sup> já dedicou um capítulo de seu livro à análise das relações entre a cidade e a região, como condição para compreender as redes urbanas. O autor chamava a atenção para o fato de que:

A cidade [...] faz parte de um sistema urbano elaborado no decorrer de um período histórico mais ou menos longo. Só se pode fazer um estudo geográfico válido da cidade quando ela é recolocada em duplo contexto: regional (e talvez seja útil dar à palavra região uma acepção mais ampla) e cidadão (GEORGE, 1983, p.205).

Na medida em que as relações entre as cidades se estabeleciam definidas por fluxos materiais, que dependiam de formas de deslocamento e meios de transporte, as contiguidades territoriais<sup>5</sup> eram elemento essencial para se pensar os papéis das cidades, sobretudo as médias e pequenas pouco servidas por sistemas de transportes rápidos e/ou de longa distância, como o marítimo e o aéreo.

<sup>3</sup> Esta análise está mais desenvolvida em Sposito (2005, 2007).

<sup>4</sup> Para melhor contextualizar as idéias contidas neste livro, é importante informar que o original, em francês, "Précis de Géographie Urbaine" é de 1961.

<sup>5</sup> Esse tema já foi desenvolvido em Sposito (2001, 2007a).

Assim, os estudos sobre essas cidades estabeleciam-se, via de regra, a partir da análise regional. Reconheciam-se, desse modo, cidades médias como cidades regionais que polarizavam ou coordenavam as cidades pequenas que estavam em "sua" região.

Não é sem motivo que grande impacto tiveram, sobre a condução da pesquisa voltada à análise espacial, teorias como a de Christaller e a de Lösch. Essas teorias tinham, em sua base, certo nível de idealização, segundo o qual, muitas vezes, o espaço era considerado apenas como um suporte homogêneo ou neutro para os fluxos de pessoas e mercadorias. Por outro lado, há que se considerar que elas, em grande parte, refletiam a constatação de que as articulações entre as cidades se estabeleciam a partir de uma relação entre o tamanho delas e a distância que as separava, tendo em vista a importância dos transportes para a definição da natureza e da intensidade das relações entre as pessoas.

Analisando o período atual e chamando a atenção para o fato de que os novos fluxos desenham uma geografia complexa e paradoxal, fazendo referência às lógicas que antecederam o momento que vivemos, Pierre Veltz (1996, p. 53) ressalta: As teorias tradicionais da economia regional que explicam os processos de concentração das atividades são muito ligadas a uma imagem métrica do território (tradução nossa).

Essas perspectivas analíticas não são suficientes, para o mundo contemporâneo, em primeiro lugar, porque há a superação crítica dos enfoques analíticos que reconheciam no espaço sua dimensão métrica, sem analisar seus conteúdos e sem colocar foco nas diferenças substanciais, de todo tipo, que distinguem diferentes parcelas do espaço geográfico entre si.

Em segundo lugar, porque ainda que se reconheça que as conexões entre cidade e região e, portanto, dos transportes são fundamentais para se entender as cidades médias e pequenas, é importante observar que Calabi (2005, p. 279) frisa que: Em muitos casos, este genérico incremento da rede viária, não se distribui, todavia, de modo homogêneo no território, mas sublinham o crescimento de algumas metrópoles (tradução nossa).

Em terceiro lugar, as novas formas de circulação, prevalentemente associadas à comunicação, diminuem o peso relativo dos deslocamentos materiais e ampliam a possibilidade de constituição de territórios descontínuos, ainda que altamente integrados. Esse fato coloca em questão a contigüidade como uma das variáveis, a partir das quais se reconheciam as relações entre cidades médias e pequenas, bem como a região como o espaço de suas articulações principais.

Assim, cidades pequenas de uma região ou localizadas em áreas geográficas que foram reconhecidas, tanto política como cientificamente como regiões, articulam-se, no período atual, com cidades maiores (médias, grandes ou metropolitanas) localizadas em outras áreas, reconhecidas ou não como regiões, pertencentes ou não à mesma rede urbana.

Os vetores de alteração das relações do tipo hierárquicas têm sido determinados pelos interesses de uma economia internacional, que se articula a partir de sistemas de comunicação e informatização cada vez mais velozes.

Assim, tanto a aproximação entre cidades pequenas ou médias e empresas transnacionais pode alterar a escala das relações que se estabelecem a partir dessas cidades e até elas, como os interesses de consumo impostos por essa economia incidem nessas relações hierárquicas e as alteram. Tais relações eram predominantemente realizadas no âmbito da região, entre as cidades pequenas e médias, colocando em xeque a própria idéia de um espaço regional. Por outro lado, também se alteram as relações com as cidades maiores, metropolitanas ou não, porque os novos vetores da economia - grandes conglomerados financeiros e/ou industriais - não operam restritamente numa região ou no âmbito de uma rede. Isso significa que cidades pequenas ou médias têm se tornado economicamente (e de certo modo política e culturalmente) tributárias de espaços que lhes são distantes e de cidades que não são constitutivas da mesma rede urbana a que pertencem.

Essas constatações geram questões, que não serão respondidas no âmbito deste texto, mas merecem registro para reflexão: Qual a validade, no período atual, do conceito de região como instrumento teórico-metodológico? Em que medida podemos ainda reconhecer, de modo claro, redes urbanas, como sistemas integrados compostos por cidades que têm relações intensas entre si?

## AS RELAÇÕES ENTRE CIDADE E CAMPO

Para iniciar a análise a partir dessa perspectiva, tomo, igualmente, Pierre George (1983, p. 206), que assim se referia aos principais vínculos entre cidade e campo:

As relações entre cidades e zonas rurais procedem inicialmente de diversas formas de retiradas de substância do campo em benefício da cidade ou de entidades econômicas junto às quais a cidade desempenha um papel de intermediária.

Mas, em contraposição, a cidade está à frente dos múltiplos sistemas de serviços de interesse regional. Ela propaga ao seu redor capitais, produtos industrializados, organiza a vida coletiva rural em seus quadros administrativos, difunde as técnicas e os serviços de nível elevado.

Os quadros administrativos imbricados [sic] ou superpostos traçam certos limites de influência, mas o instrumento real da expansão de diversas formas de influência urbana continua sendo o meio material de relação: a via de circulação e os organismos de transporte que a exploram.

A partir do trecho citado, pode-se avaliar que as mesmas determinantes destacadas no item anterior, aparecem como importantes para a análise das cidades médias e pequenas, a partir das relações entre a cidade e o campo. De um lado, o peso dos sistemas de circulação materiais (vias e transportes) e, de outro lado, o reconhecimento de que há uma região e que a partir dela, as relações de influência se estabelecem.

Atualizando a análise, no que concerne às relações entre a cidade e o campo, no período atual, há que se considerar o enorme peso da "modernização da agricultura"<sup>6</sup> voltada à exportação, altamente articulada aos interesses industriais e financeiros, cujos circuitos estabelecem-se na escala transnacional. As determinantes da globalização ou do que preferimos chamar de nova divisão internacional do trabalho são relevantes para se verificar que, nem sempre ou não mais, a área rural do município vive "em benefício" de sua cidade ou é dela tributária.

À medida que se ampliam os vínculos da produção agropecuária, com técnicas e serviços de nível elevado sediados na cidade, como já advertia Pierre George, alteram-se as relações entre a cidade e o campo. O que ocorre, no período atual, é que as atividades comerciais e de serviços mais sofisticados, que estão hoje nas cidades localizadas em parcelas do território em que a modernização da agricultura alterou, representam interesses econômicos, comerciais e de produção industrial, os quais se estabelecem na escala internacional, como podemos observar pela força das empresas ligadas aos agronegócios. Não é

<sup>6</sup> Temos conhecimento do grande debate crítico acerca do uso dessa expressão que utilizamos aqui, ainda que essa reflexão fuja do objeto mais direto deste texto, razão pela qual a tomamos como noção e não como conceito, apenas para fazer referência ao movimento de ampliação da agropecuária comandada por relações de produção e trabalho capitalistas, integradas aos interesses econômicos internacionais.

por outra razão que Milton Santos distingue as cidades que passaram a exercer esses papéis de "cidades do campo", distinguindo-as daquelas mais características das áreas pouco incorporadas ao mercado capitalista de "cidades no campo".

A diminuição das oportunidades de emprego e, sobretudo, de trabalho como forma de garantir a sobrevivência no campo, fora dos circuitos capitalistas de produção e circulação, é outro elemento a ser considerado, para a compreensão das cidades médias e pequenas, a partir das relações entre o urbano e o rural. No contexto de redes urbanas hierárquicas, os trabalhadores rurais eram e são, via de regra, moradores dos pequenos e médios municípios, nos quais as atividades agropecuárias se constituíam e se constituem o motor principal da economia.

Uma observação aos dados dos censos demográficos até os anos de 1960/1970 mostra a significativa participação relativa da população rural, em grande parte das municipalidades brasileiras, comandadas por cidades pequenas e, até mesmo, em algumas cidades de porte médio. O aumento da mecanização, acompanhado da ampliação das formas de contratação temporária, legais ou ilegais, ampliou o contingente de trabalhadores rurais moradores na cidade. Esse fato, em si, não alterou em muito os papéis das cidades pequenas e, em alguns casos, das de porte médio, porque ainda elas continuaram a servir o campo, com relações espaciais identificadas pela contigüidade territorial e circunscritas às escalas regionais.

O que vemos, no período atual, com destaque no Brasil para os anos de 1990 em diante, é a ampliação da escala das migrações sazonais, para a realização de trabalho no campo. Assim, por exemplo, áreas de agropecuária, no Estado de São Paulo, voltadas à produção da cana-de-açúcar recebem contingentes de trabalhadores oriundos de outros estados da federação, em determinadas fases dos ciclos de produção agrícola. Combina-se, desse modo, a intrínseca relação de contigüidade municipal ou regional que caracterizava o período anterior, no tocante aos deslocamentos casa - trabalho para a realização de atividades rurais, com deslocamentos muito mais abrangentes, regionais e nacionais, do ponto de vista da escala geográfica.

Do ponto de vista econômico, alteram-se os papéis locais das cidades pequenas e, do ponto de vista social e político, esgarçam-se as relações que se estabeleciam nessas escalas menores, visto que passam a ter mais peso atores hegemônicos, representados pelos grandes proprietários rurais e pelos conglomerados industriais e financeiros, suporte dos circuitos econômicos dos agronegócios, atores esses que não residem nas cidades pequenas e médias sobre as quais intervêm de modo intenso.

De certo modo e a partir da perspectiva de período técnico e econômico do capitalismo do século XIX, Marx já havia destacado esta questão ao mostrar

[...] que a consequência inevitável dos processos reais de funcionamento no capitalismo é a reprodução da "relação de capital numa escala progressiva; mais capitalistas em um pólo, mais trabalhadores assalariados em outro pólo". Além disso, esses processos também produzem um "relativo excedente populacional", um "exército de reserva" de desempregados, "liberados" principalmente por meio da mudança tecnológica e organizacional (HARVEY, 2005, p. 111).

Ao tratar da ampliação das escalas em que os acontecimentos econômicos, sociais e políticos passam a ocorrer, não estamos apenas nos referindo a uma *escala geométrica ou cartográfica*, resultante da delimitação das áreas/zonas em que os fatos ocorrem, mas sim do modo como a alteração da abrangência dessas delimitações, modifica profundamente as articulações entre *escalas geográficas* diferentes, o que, por consequência, modifica os papéis das cidades pequenas e médias num período de globalização<sup>7</sup>. Trata-se, portanto, da

<sup>7</sup> Para ter acesso a essa reflexão de modo mais desenvolvido, ver Sposito (2006, 2007b).

necessária relação entre o absoluto e o relativo, cuja importância aumenta quando reconhecemos a ampliação das escalas, segundos as quais relações econômicas e políticas se estabelecem, alterando conseqüentemente, as relações sociais de produção e trabalho e os deslocamentos humanos sobre o território.

Essa constatação impõe aos pesquisadores, de um modo geral, e, especialmente, aos voltados para a análise das cidades médias e pequenas, nas quais os diferentes sujeitos sociais estão mais submetidos aos interesses da ordem distante, maior atenção e precaução, do ponto de vista dos movimentos do pensamento, no processo de elaboração do conhecimento. Não é difícil se cair na oposição entre o absoluto e o relativo ou, ainda, na absolutização do que deveria ser tomado em perspectivas relativas, como já destacava Lefebvre (1987, p. 97):

Em face de toda verdade aparentemente estabelecida e que se pretende absoluta, o pensamento em movimento implica *um momento de dúvida (o espírito crítico)*, de negação, de ceticismo, de relativismo.

[...]

O *relativismo dialético* é otimista. Aceita a relatividade de nossos conhecimentos, não em razão de uma fatalidade metafísica (estrutura subjetiva do nosso pensamento, como no kantismo), mas em *relação à etapa efetivamente atingida por nosso conhecimento*. (grifos do autor)

Desse ponto de vista, o da necessidade de colocar em dúvida o pensamento já elaborado, a análise das relações entre a cidade e o campo exige, no período atual, que se dê menos peso às distinções entre esses dois espaços e mais luz à análise das articulações entre o rural e o urbano. Trata-se, portanto de priorizar o estudo dos papéis desempenhados pela cidade e pelo campo, no lugar das realidades materiais correspondentes, cada vez menos distinguíveis num período em que a urbanização se realiza de forma difusa e os processos de aglomeração urbana estabelecem-se em múltiplas escalas.

A análise das novas formas de expansão do tecido urbano não será objeto deste texto, mas é fundamental lembrar que as dinâmicas de aglomeração urbana não se restringem às áreas metropolitanas e abrangem, no Brasil atual, como em outros países, cidades de diferentes portes e importâncias. Essas dinâmicas, quando ocorrem com cidades médias e incorporam cidades pequenas, dependem mais da localização dessas cidades, mais próximas de grandes centros metropolitanos, e/ou da estrutura fundiária das regiões em que se inserem as cidades médias e pequenas, pois maior presença de pequenas e médias propriedades favorece a constituição de sistemas urbanos mais densos e a vitalidade funcional dos centros urbanos menores.

## CENTRALIDADE INTERURBANA

Tanto as relações entre cidade e região, como as articulações entre o rural e o urbano colocam em aberto o estudo da centralidade interurbana. Não que concerne às cidades pequenas e médias, esse tema é importante porque a força da cidade média tem relação direta com o número de cidades pequenas que lhes são tributárias e com a qualidade dos papéis econômicos que elas desempenham, sendo essa relação tanto de ordem direta como inversa.

Há cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas, ainda que predominantemente agropecuárias, estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder

político, nas escalas local e regional. Quando isso ocorre, fortalecem-se as cidades pequenas, tanto quanto a cidade média que amplia seus papéis de intermediação entre as menores e as maiores da rede urbana. Nesse caso, diversificação agropecuária e estruturas fundiárias menos concentradas são elementos importantes para se manter o vigor das cidades pequenas, mesmo que os papéis mais importantes se centralizem na cidade média. Assim, pode-se afirmar que a relação é de ordem direta, pois quanto mais se ampliam os papéis das cidades pequenas, são reforçados os da cidade média que as "comanda", podendo suportar o desenvolvimento de atividades industriais ou comerciais e de serviços, com capitais regionais. Dão suporte a esse processo certo dinamismo econômico, de base regional, crescimento demográfico nos municípios de diferentes tamanhos, ainda que historicamente venham sendo maiores as taxas de incremento populacional urbano em detrimento absoluto ou relativo dessa evolução no campo<sup>8</sup>.

Quando as cidades médias exercem centralidade interurbana sobre um número grande de cidades pequenas, cujas estruturas fundiárias são caracterizadas pelas grandes propriedades, produtivas ou não, voltadas à agricultura ou à pecuária, observam-se dinâmicas de centralização econômica e política em favor das médias e em detrimento das pequenas. Aqui a relação é de ordem inversa: quanto mais perdem as cidades pequenas, mais ganham as cidades médias, sobretudo se tratamos de regiões distantes dos grandes centros urbanos. O crescimento da maior cidade regional resulta em grande parte da debilidade demográfica e econômica; leia-se, capacidade de consumo das cidades pequenas.

Tanto no caso do primeiro grupo como no do segundo grupo, há diferenças substanciais entre as regiões mais e as menos integradas à economia de mercado nacional e internacional, quando se analisam os níveis e a qualidade da centralidade interurbana exercida pelas cidades médias.

### ● Centralidade interurbana monocêntrica

Sendo ou não dinâmicas do ponto de vista econômico, havendo ou não estruturas fundiárias concentradas, quando as economias dos municípios pequenos atendem mais a interesses de capitais de pequeno e médio porte ou organizados por eles, as cidades médias que "comandam" esses municípios são tipicamente *cidades regionais*, articuladas ao sistema urbano por fluxos de tipo hierárquico. Os papéis intermediários aqui são exercidos por meio de relações de natureza vertical, pois cidades pequenas demandam serviços da cidade média que estabelece fluxos com os maiores centros de produção e consumo, em favor de sua região. Há de certo modo, uma sobreposição territorial entre os espaços de produção e os de realização do capital, ainda que as cidades maiores drenem, para si, parte dos capitais produzidos alhures, nas pequenas e médias.

Esse tipo de relativa circunscrição territorial dos capitais gerados na região, que se convertem em capacidade de consumo regional, é bastante característico da primeira metade do século XX e das décadas imediatamente subseqüentes ao final da segunda Guerra Mundial. Trata-se de período em que a industrialização brasileira se constituía como processo (implantação de todos os ramos da atividade industrial, da indústria de base à de bens de consumo não-duráveis) e se consolidava com base no mercado nacional, em evolução

<sup>8</sup> Em função do crescente aumento da produtividade e da incorporação de técnica e tecnologia na agropecuária, mesmo em regiões e municípios com crescimento econômico no setor da agropecuária pode-se observar diminuição absoluta ou relativa da população urbana. Além disso, há que se considerar que, nas últimas três décadas, só vem crescendo o número de trabalhadores do campo que moram na cidade.

crescente, em função do incremento populacional e da expansão da economia de mercado. Quando havia ou quando há predomínio dessas características, muitas regiões comandadas por cidades médias mais distantes das áreas industrializadas, sobretudo da Grande São Paulo, exerceram e exercem importante papel de produção agropecuária para atender à demanda crescente dos mercados consumidores urbanos. A centralidade interurbana, sob essas condições, estabelece-se e constitui-se de forma quase absoluta na escala regional.

Sintetizando, as cidades regionais seriam as cidades médias que, essencialmente, por meio de relações hierárquicas comandam os fluxos numa dada região. Trata-se, assim, de relações hierárquicas regionais cujos fluxos supra-regionais se estabelecem quase por meio da cidade média. A contigüidade territorial é o elemento estruturador das espacialidades aí constituídas, pois as áreas ou regiões definem-se, sobremaneira, através dos deslocamentos territoriais. Os fluxos imateriais coincidem, em grande parte, com os materiais. Pensadas como tal, as cidades regionais teriam forte centralidade interurbana na área de abrangência dos municípios sediados pelas cidades pequenas que comandam. Quanto mais frágil o sistema urbano, constituído por menor número de cidades e/ou por cidades com poucos papéis urbanos, mais ampla é a área sob o comando de uma cidade média, do tipo regional.

A centralidade interurbana, nessas situações, é de estrutura monocêntrica, pois as espacialidades são constituídas por dinâmicas de centralização econômica e política, na cidade regional. É importante, para analisar esses tipos de cidades médias, considerar variáveis como a situação geográfica (sobretudo, quando há maior distância dos grandes centros urbanos, sobretudo os metropolitanos) e o tamanho do mercado consumidor, dada pela adição da população das cidades pequenas e da cidade média, que distantes dos maiores centros de oferta de bens e serviços, tornam-se cativos do comércio e dos serviços oferecidos na cidade regional.

A menor densidade do sistema urbano, em número de cidades e considerando-se as distâncias entre elas, pode dificultar processos de aglomeração de duas ou mais cidades e/ou de dispersão do tecido urbano. A grosso modo, essa é a situação observada nas regiões situadas no Oeste do Estado de São Paulo, como por exemplo Araçatuba ou Presidente Prudente.

### ● Centralidade interurbana difusa ou policêntrica

Quando, ao contrário, em função do aprofundamento das dinâmicas e lógicas engendradas pela globalização, as "regiões"<sup>9</sup> respondem de modo mais imperioso aos interesses dos grandes capitais, nacionais ou internacionais, alteram-se, substancialmente, as relações entre as cidades pequenas e a cidade média que, sobre elas, exerce centralidade interurbana. Esta se torna, crescentemente, representação de interesses de capitais que estão sediados em outros territórios, ou seja, de atores econômicos que impõem redefinição de lógicas, de práticas socioespaciais, de melhoria das condições infra-estruturais e dos recursos humanos, de forma a atender a esses interesses. Essas mudanças podem atender aos grandes grupos econômicos associados aos agronegócios, tanto quanto podem decorrer da tendência de desconcentração territorial das atividades de produção industrial, num período em que não há mais necessidade de coincidência territorial entre a gestão e a realização da produção.

<sup>9</sup> O conceito é utilizado, aqui, entre aspas, porque o próprio reconhecimento de que há uma região entra em questão, quando muda a escala das relações de comando.

Sob essa perspectiva, ampliam-se as relações entre a cidade média e as maiores, da mesma rede urbana ou de outras redes urbanas, e os fluxos que se desenham passam a ser mais abrangentes, pois interligam pontos mais distantes no território, podendo chegar a atingir a escala internacional. Passam, assim, a ser além de verticais (do tipo hierárquicos), horizontais (entre cidades médias da mesma ou de redes urbanas diferentes) e transversais (entre cidades de portes diferentes e de redes urbanas diferentes). Além disso, não são mais fluxos que atendem, predominantemente, aos interesses "regionais"; ao contrário seus comandos estão fora da delimitação territorial constituída pelos pequenos municípios coordenados por uma cidade média.

Em muitos casos, cidades de porte médio que não são efetivamente regionais, podem, em várias situações, compor eixos de desenvolvimento econômico orientados pela presença de grandes vias de circulação (transportes e comunicações). Desempenham, relativamente às cidades médias regionais, poucos papéis em relação às cidades pequenas que comandam em menor número. Localizam-se em parcelas do território em que os sistemas urbanos são densos, competem com várias outras cidades de porte médio, às quais os moradores de cidades pequenas podem ter maior acesso, tanto quanto podem tê-lo às cidades maiores, muitas delas metropolitanas.

Do ponto de vista da morfologia urbana, a dispersão do tecido urbano pode ocorrer, ainda que orientada pelo eixo, porque os meios de circulação são amplos e porque há demanda qualificada por novos *habitats* urbanos, formas de lazer e entretenimento fora das manchas urbanas constituídas.

Sintetizando, nesses casos, aos fluxos regionais sobrepõem-se fluxos supra-regionais que podem ter mais força que aqueles, porque são oriundos de atores políticos e econômicos hegemônicos. Uma cidade média em território altamente integrado à economia capitalista tem, relativamente, poucas cidades pequenas que, de fato, comandam. A centralidade interurbana, tanto quando a urbana é, nessas situações, de estrutura policêntrica, pois as espacialidades podem ser constituídas tanto por relações de competição quando de cooperação. Os fluxos imateriais, dados pelos meios de comunicação mais modernos, bem como os de matérias primas e mercadorias, estão mais presentes e são de escala geográfica mais abrangente, quando se comparam com aqueles que, a partir dessas áreas, são definidos por seus moradores. Além disso, os processos de expansão territorial dos tecidos urbanos e de aglomeração urbana são mais presentes e geram o que Dematteis (1998) conceituou como urbanização difusa.

Nesses casos, as cidades médias não podem ser consideradas como propriamente regionais pois, mesmo que ainda desempenhem papéis de intermediação, elas não ou atendem, essencialmente, às demandas regionais, mas representam interesses mais distantes. Para estudar esses tipos de cidades médias, o pesquisador precisa considerar variáveis como a situação geográfica (verificando a integração delas a eixos de desenvolvimento econômico e a redes de sinergia modernas) e a capacidade do mercado consumidor, aqui medida mais pela sua qualidade, ou seja, pela associação entre poder de compra e nível de informação.

Do ponto de vista da reestruturação urbana, não constituem, claramente, áreas sob as quais mantêm efetivo domínio, pois se estruturam em eixos ou redes, ainda que sobrepostas às antigas estruturas regionais, tornando suas espacialidades bastante mais complexas. A título de exemplo, pode-se observar esses processos e dinâmicas na porção leste do Estado de São Paulo, na cidade de São Carlos.

## QUESTÕES FINAIS

Procuramos, neste texto, sob a forma de ensaio e não como resultado de pesquisa sobre este tema, ainda que muitas investigações realizadas nos últimos anos nos ofereçam substratos para essa análise, apresentar, ao leitor, uma leitura das possíveis formas, segundo as quais se estabelecem relações entre as cidades médias e pequenas.

O foco recaiu sobre a fase do desenvolvimento do capitalismo, em que se intensificam as relações internacionais, sob a égide da globalização. Assim, é central considerar o vetor da modernização, entendido como expressão das estratégias e do movimento de desenvolvimento do modo capitalista de produção, avaliando quais cidades médias e pequenas têm seus territórios econômicos e suas relações sociais e de poder político mais intensamente comandados por essas lógicas.

A partir desse recorte analítico, tomamos as cidades médias e pequenas como o induzido e o desenvolvimento do modo capitalista de produção como indutor, mas não apenas isso, porque a redefinição dos papéis dessas cidades (na escala dos sistemas urbanos) e de suas dinâmicas de reestruturação espacial (escala da cidade e dos aglomerados urbanos) são a base, a partir da qual o movimento se torna possível e o vetor se realiza, ainda que não de forma homogênea e, tampouco, com a mesma intensidade em todos os territórios.

Ao final deste ensaio, queremos levantar várias indagações que só serão respondidas, de modo mais preciso, por meio de diferentes tipos de pesquisa<sup>10</sup>.

- O que há de universal nesse movimento? Seria a alteração dos papéis das cidades médias e das escalas de abrangência dos fluxos que estabelecem com as menores e maiores que elas?
- O que há de particular nesse movimento? Serão as formas como as diferentes cidades, em formações socioespaciais diversas, ainda que na mesma formação socioeconômica, redefinem-se neste movimento, distinguindo-se entre si?
- O que há de singular nesse movimento? Seria o modo como, em cada cidade, a reestruturação do espaço urbano se dá com pesos diferentes, quando se analisam as permanências e as transformações?

<sup>10</sup> Há um esforço nesse sentido, empreendido pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCIME) que está desenvolvendo a pesquisa "Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional", com apoio do CNPq. Agradeço, aos meus colegas de rede, os debates que vêm sendo realizados que me auxiliam nos ensaios empreendidos no sentido de se dar alguma precisão conceitual à noção de "cidade média".

## REFERÊNCIAS

BRUNET, Roger. "Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes em Europe". In: BELLET, Carmen, LLOP, Josep. (Ed.) **Ciudades intermedias: Urbanización y sostenibilidad**. Lleida: Editorial Milenio, 2000, p. 109-124.

CALABI, Donatella. **Sotria della città**. Veneza: Marsilio Editori, 2005.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, J.F. **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: CCCB, 1998.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

HALL, Peter. "Redefining Europe's cities". In: BELLET, Carmen, LLOP, Josep. (Ed.) **Ciudades intermedias: Urbanización y sostenibilidad**. Lleida: Editorial Milenio, 2000, p. 93-108.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos". In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001, p. 609-643.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese (Livre docência). Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**. Presidente Prudente, v.3, n.5, p.143-157, 2006.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão, ELIAS, Denise, SOARES, Beatriz Ribeiro, MAIA, Doralice Satyro, GOMES, Edvânia T. A. "O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica" In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a, v.1, p. 35-67.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. "Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana" In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b, p. 233-253.

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, Villes et Territoires**. L'Economie d'Archipel. Paris: PUF, 1996.

Recebido em junho de 2009

Aceito em agosto de 2009

## OS CAMINHOS REAIS DO OURO: APROPRIAÇÃO E PRÁTICAS ESPACIAIS NO SÉCULO XVIII

Rafael STRAFORINI<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho apresenta uma análise do papel do sistema de circulação terrestre no processo de ocupação e interiorização da Metrópole no Brasil Colônia na primeira metade do século XVIII, mais especificamente na região aurífera. A partir do controle fisco-normativo dos Caminhos Reais do Ouro que ligavam as Minas Gerais à cidade do Rio de Janeiro, a Coroa Portuguesa executou amplo controle da produção aurífera e, ao mesmo tempo, territorial. Tais caminhos também eram alvo de disputas entre os "homens coloniais", em virtude das possibilidades de enriquecimento nas atividades de abastecimento, comércio e controle dos contratos dos Registros. Imprimindo, portanto, uma nova configuração territorial ao longo dos Caminhos Reais do Ouro por meio de práticas espaciais.

**Palavras-chave:** Caminho Real do Ouro. Descaminhos. Mineração. Circulação. Formação territorial. Práticas espaciais.

### Abstract

#### Brazilian royal roads of gold: ownership and spacial practices in the 18<sup>th</sup> century

This paper presents an analysis of the role of the overland circulation system in the process of occupation and interiorization of the Metropolis in the Colonial Brazil in the first half of the 18th century. From the revenue-normative control of the Brazilian Royal Roads of Gold, which linked Minas Gerais state to Rio de Janeiro city, the Portuguese Crown implemented a hard control of the territory and of the auriferous production. Those roads also were disputed among the "colonial men", because of the possibilities of enrichment with activities of supplying, trading and supervising of contracts of the *Registros*. Because of that, a new territorial configuration was arisen along of the Brazilian Royal Roads of Gold by spatial practices.

**Key words:** Brazilian Royal Roads of Gold. Defraudation. Mining. Circulation. Territorial formation. Spatial practices.

<sup>1</sup> Departamento de Geografia - UFRJ - E-mail: rafaelstrafo@yahoo.com.br